04-01-2017

ATA Nº. 01/2017**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO REALIZADA NO DIA QUATRO DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- Neste período, usou da palavra o **Sr. Vereador, Pedro Martins**, para dar conta que teve conhecimento, através dos órgãos de comunicação social, que o Governo pretende devolver juros de mora retidos nos últimos 12 anos, relativos a impostos municipais, pretendendo saber se esta informação se confirma, e quais os valores em causa relativos ao Município de Ílhavo.

- Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, deu conta da veracidade da sobredita informação, afirmando que os valores relativos ao Município de Ílhavo, se cifram na ordem dos 250 mil euros, sendo que tal montante ainda não foi recebido. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 02, do dia três de janeiro do ano de dois mil e dezassete, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 950.282,82 (novecentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e dois euros e oitenta e dois centimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 1.014.850,01 (um milhão e catorze mil, oitocentos e cinquenta euros e um centimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

04-01-2017

Presente a Ata número 25, da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e dezassete. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

OUTRAS ENTIDADES COLETIVAS. -----

ADRA – ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA. -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS “REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DAS AGRAS”, ATRAVÉS DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, CONSTITUÍDO PELO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E PELA ADRA, SA – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Na sequência da articulação efetuada entre o Município de Ílhavo e a AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A.; sendo propósito, nos termos das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2017, a execução da Empreitada de construção das “**Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais das Agrads**”; tendo em vista a racionalização e otimização de recursos, meios e objetivos de eficácia, inclusive numa perspetiva de redução de preços e de custos-benefícios globais a obter, foi entendido prosseguir a preparação e organização em conjunto, através de um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, de um procedimento de concurso público para a execução da totalidade dos trabalhos da obra acima referenciada, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 16.º, 1. b); 17.º, 1; 18.º; 19.º, b); 130.º e seguintes e 39.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual. -----

Com efeito e como resulta do disposto no artigo 39.º, 1. a) do Código dos Contratos Públicos, as entidades adjudicantes podem agrupar-se com vista à “*formação de um contrato cuja execução seja do interesse de todas de forma a que pelo seu esforço conjugado e numa posição jurídica procedimental titulada também por todas elas, celebrarem em seu próprio*”

04-01-2017

nome o contrato a cujas prestações carecem” (Cfr. Agrupamentos de entidades adjudicantes e de candidatos e concorrentes em procedimentos de contratação pública, Mário Esteves de Oliveira, Estudos de Contratação Pública, CEDIPRE, Coimbra Editora, Janeiro de 2010). --- Nestes casos conforme resulta dos n.ºs 2 e 3 do mesmo Artigo, “As entidades devem designar qual delas constitui o representante do agrupamento para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (...)”, sendo que “A decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação devem ser tomadas conjuntamente com os órgãos competentes de todas as entidades adjudicantes que integram o agrupamento”. -----

Em concretização do que acima se expõe e conforme constará do Caderno de Encargos: -----

1. Os trabalhos a executar na empreitada, traduzem parcelas de um mesmo contrato a executar pelo empreiteiro a contratar nos termos acima definidos, estando devidamente identificados no mapa de quantidades de trabalho, em anexo, os trabalhos da responsabilidade da AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A., e da Câmara Municipal de Ílhavo. -----
2. A responsabilidade pelo pagamento de cada uma das parcelas contratuais está cometida a cada uma das entidades adjudicantes, na exata medida dos respetivos custos, não existindo responsabilidade solidária pelo respetivo pagamento ao empreiteiro. -----
3. Em conformidade, o regime de prestação de caução é refletido no contrato da empreitada, ficando o empreiteiro obrigado a prestar caução a favor de cada uma das entidades adjudicantes, de valor proporcional à sua responsabilidade do preço. -----
4. A Fiscalização da Obra será executada por uma única entidade a contratar ou a designar pela AdRA, - Águas da Região de Aveiro, S. A. conforme procedimento normal desenvolvido para o efeito por esta entidade. -----
5. Em caso de incumprimento contratual de uma das entidades adjudicantes, a outra entidade poderá dar continuidade à execução integral do contrato, operar a respetiva redução ou optar pela sua resolução, mediante avaliação da situação, nomeadamente em função do estado de execução dos trabalhos, com as legais consequências indemnizatórias para o empreiteiro. -----
6. O preço base fixado após os devidos acertos efetuados nas quantidades de trabalhos então apresentadas é de € **199.323,18** (cento e noventa e nove mil trezentos e vinte e três

04-01-2017

euros e dezoito cêntimos) sendo assumido pelas duas entidades adjudicantes nos termos do resumo orçamental em anexo: -----

- **Câmara Municipal de Ílhavo: € 107.881,73** (cento e sete mil, oitocentos e oitenta e um euros e cinquenta e setenta e três cêntimos). -----

- **AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A. € 91.441,45** (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos) -----

7. O Projeto foi aprovado pela Câmara Municipal de Ílhavo em Reunião de 06 de julho de 2016 (ATA n.º 14/2016 cujo extrato se anexa) -----

Assim sendo e a fim de viabilizar a tomada de decisão a que alude o artigo 39.º n.ºs 2 e 3 do Código de Contratos Públicos, bem como a composição do júri do concurso, a aprovação das peças do procedimento e a autorização do seu início incluindo a autorização para a realização da despesa e sua cabimentação, é imperativo que a Câmara Municipal delibere a prática dos atos prévios necessários à tomada daquelas decisões. -----

Em conformidade com o que atrás se refere, propõe-se o seguinte: -----

i. Que seja aprovada a constituição do agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 19 de janeiro e a consequente autorização de integração no mesmo da Câmara Municipal de Ílhavo, em conjunto com AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A. com vista à organização e abertura de um procedimento de concurso público nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 16.º, 1, b); 17.º, 1 ; 18.º; 19.º, b) e 130.º e seguintes do Código acima mencionado, para a execução da Empreitada de construção das “**Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais das Agrads**”. -----

ii. A designação do Município de Ílhavo como representante do referido Agrupamento de Entidades Adjudicantes, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato a celebrar, nos termos do artigo 39.º, 2 do Código dos Contratos Públicos. -----

iii. Que seja deliberada a aprovação das peças de procedimento anexas á presente Informação.

iv. Que seja deliberada a aprovação do **preço base de € 199.323,18** (cento e noventa e nove mil trezentos e vinte e três euros e dezoito cêntimos) dos quais são da responsabilidade da Câmara Municipal de Ílhavo € 107.881,73 (cento e sete mil, oitocentos e oitenta e um euros e

04-01-2017

cinquenta e setenta e três cêntimos) para a execução da de drenagem de águas residuais. Aos valores acima referidos acresce o IVA à taxa legal em vigor -----

v. Que seja deliberada a aprovação do **prazo de execução de 120 (cento e vinte dias)**. -----

vi. Que seja deliberada, após a informação sobre o cabimento da despesa para a realização da obra referida em epígrafe na parte que compete à Câmara Municipal conforme o considerando n.º 6 supra, a autorização para a sua realização, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º, n.º 1 do Código de Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

vii. Que seja deliberada a **abertura do procedimento do concurso público**, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de janeiro, para a formação do contrato de Empreitada de construção das **“Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais das Agradas”**. -----

viii. Que tendo em consideração o referido em ii) supra, seja deliberado a aprovação da nomeação do júri do concurso, da sua substituição em caso de ausência e de impedimento de algum dos seus membros e da aprovação da delegação de competências no mesmo, caso sejam necessários esclarecimentos a prestar e/ou a pedir na fase de concurso e/ou na classificação ou desclassificação das propostas nos termos do artigo 66.º do CCP conforme o proposto pela AdRA no documento que em anexo se junta (parágrafos 8; 9 e 10), sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, que determina que a decisão *“... de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação devem ser tomadas conjuntamente com os órgãos competentes de todas as entidades adjudicantes que integram o agrupamento”*. -----

Que por último e após a deliberação havida por parte da Câmara Municipal seja remetido à AdRA, Águas da Região de Aveiro, S. A. os documentos instrutórios do processo administrativo a que vimos fazendo referência a fim de o assunto ser agendado em reunião de representantes das duas entidades, com vista à aprovação, em conjunto, das peças de procedimento (aprovado que está o projeto de execução da obra pelas duas entidades), à designação da entidade representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes (Município de Ílhavo), à nomeação do júri do concurso e, em conformidade à autorização do início do procedimento de concurso público destinado à execução da Empreitada de construção das

04-01-2017

“Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais das Agradas” bem como de toda a demais tramitação do processo, com vista à posterior execução da obra. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

02.janeiro.2017”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar através do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, constituído pelo Município de Ílhavo e pela ADRA, SA (cabendo ao Município de Ílhavo representar o Agrupamento), bem como a realização do procedimento de contratação, de acordo com a proposta do Vereador Eng.º Marcos Ré, para a execução da presente obra, assim como a aprovação do Júri do Procedimento, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade delegar a competência no Presidente da Câmara para representação do Município no Agrupamento de Entidades Adjudicantes. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE TRABALHOS A MAIS N.º 1 DA EMPREITADA “CASA (CAPELA) MORTUÁRIA DA GAFANHA DO CARMO” – INFORMAÇÃO/DESPACHO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 28.dezembro.2016, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta do Contrato de Trabalhos a Mais n.º 1 da empreitada referenciada em título, a celebrar com a firma: José António Parente, Lda, pelo valor de 17.979,71 € (dezassete mil, novecentos e setenta e nove euros e setenta e um cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal, em 07 de dezembro de 2016. -----

Sobre a presente informação, recai o seguinte despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido. Enviar à Câmara para ratificação, -----

29.dezembro.2016”. -----

04-01-2017

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE “FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 30.dezembro.2016, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da Minuta do Contrato de Fornecimento referenciada em título, a celebrar com a firma: Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA, pelo valor de 905.633,52 € (novecentos e cinco mil, seiscentos e trinta e três euros e cinquenta e dois cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por deliberação da Câmara Municipal, em 21 de dezembro de 2016. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente minuta, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

ZIM. -----

AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DAS FRAÇÕES EDIFICADAS NO LOTE A 46 DA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA – INFORMAÇÃO/DESPACHO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 29.dezembro.2016, elaborada pela Chefe da DOPGU, Noémia Maia, aqui dada por integralmente transcritas, na qual e em síntese, se dá conta da vontade manifestada pelo requerente: Carlos Alberto Silva Carvalho, de alienar as frações edificadas no Lote referenciado em título a favor dos seus filhos. -----

Nos termos do articulado do Regulamento para a Compra a Venda de Lotes de Terreno na ZIM, tal alienação manifesta-se possível, porquanto já decorreram 5 anos após o início da respetiva laboração, razão pela qual se verifica não ser necessária a anuência da CMI para a citada alienação, a não ser que tal pedido se reveja no inscrito no título de registo predial (a alienação dos lotes depende de prévia autorização da Câmara Municipal, sem qualquer definição de período temporal para o efeito). -----

04-01-2017

Sobre a presente informação, recai o seguinte despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação da DOPGU, tendo especial atenção ao articulado nos pontos 2, 4 e 5. Sendo assim, poder-se-á emitir a Declaração pretendida de forma que o requerente possa alienar o respetivo lote. -----

Enviar à Câmara para ratificação. -----

29.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

HOMOLOGAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA 2007 – EMOLUMENTOS –

INFORMAÇÃO/DESPACHO – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 19.dezembro.2016, elaborada pela Assistente Técnica, Sónia Semedo, aqui dada por integralmente transcritas, na qual e em síntese, se dá conta do conteúdo do ofício n.º 33907/16, emanado pelo Douto Tribunal de Contas, através do qual a CMI é informada da homologação da Conta de Gerência de 2007, ocorrida em sessão da 2ª Secção do citado TC, realizada em 30 de novembro de 2016, devendo ser processada uma Ordem de Pagamento no valor de 17.164,00 € (dezassete mil, cento e sessenta e quatro euros), para pagamento dos emolumentos que são devidos, nos termos do artigo 53º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto. -----

Sobre a presente informação, recai o seguinte despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

“Concordo. Proceder em conformidade. -----

20.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

CEDÊNCIA DE VIATURAS (AUTOCARROS) A ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO –

ISENÇÕES DO PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÕES –

INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

04-01-2017

- “Relativamente, ao assunto em epígrafe, cumpre-me dar conhecimento que depois de analisadas as várias solicitações recebidas, foram autorizadas as cedências abaixo discriminadas, para os meses de outubro, novembro e dezembro: -----

Outubro					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
2	SCVA	PESSEGUEIRO DO VOUGA	VOLVO	76	76,00€
8	IAC	BATALHA	TOYOTA	252	151,20€
9	GDG	WISEU	TOYOTA	184	110,40€
15	ILLIABUM	MAIA	TOYOTA	182	109,20€
15	GDG	EMA - AVEIRO	VOLVO	16	16,00€
29	IAC	CASTELO BRANCO	TOYOTA	398	238,80€
				Total	701,60€

Novembro					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
5	ILLIABUM	LISBOA	VOLVO	504	504,00€
6	G.D. CARMO	ALQUERUBIM	TOYOTA	42	25,20€
19	NEGE	MOURISCA DO VOUGA	TOYOTA	54	32,40€
26	IAC	CARREGAL DO SAL	TOYOTA	208	124,80€
27	GDG	ANADIA	VOLVO	64	64,00€
				Total	750,40€

dezembro					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
3	SCVA	LISBOA	TOYOTA	504	302,40€
3	G.D. CARMO	S.J. MADEIRA	VOLVO	112	112,00€
8	ILLIABUM	PORTO	VOLVO	152	152,00€
11	APACGE	ESPINHO	TOYOTA	128	76,80€
17	NEGE	AVANCA	TOYOTA	74	44,40€
18	GDG	MORTÁGUA	VOLVO	128	128,00€
				Total	815,60 €

Considerando que se trata de pedidos de Associações do Município de Ílhavo, que desenvolvem actividades de muito interesse municipal, informo que ao abrigo do disposto do

04-01-2017

n.º 4 do art.º 4 do *Regulamento municipal para a utilização e cedência dos veículos automóveis de transporte coletivo de passageiros da Câmara Municipal de Ílhavo*, isentei as mesmas de compensação dos encargos inerentes à utilização das viaturas. -----

Deverá a presente proposta ser remetida à Câmara Municipal por força do n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12SET -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação. -----

ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS A DIVERSOS EVENTOS ORGANIZADOS POR VÁRIAS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Assistente Técnica, Maria do Rosário Santana, da STL, datada de 29.dezembro.2016, que se transcreve na íntegra: -----

- “Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, (atos de competência), cumpre informar que desde a ultima informação prestada foram tomadas as seguintes decisões relativas a isenções de taxa a Associações Locais em diversos eventos por eles organizados e que a seguir se indicam. -----

Nessa medida os despachos proferidos quanto à isenção de taxa dos eventos abaixo indicados, carecem de ratificação do órgão executivo do Município. -----

À consideração superior. -----

ENTIDADE	EVENTO	DATA	Custo
COM. FESTAS Nª Sª DO ROSÁRIO - ERMIDA	FESTA	OUT	35,21€
FAB.IGREJA PAROQUIAL GAF. CARMO	PROCISSÃO	OUT	35,21€
COM. FESTAS Nª Sª DA ENCARNAÇÃO	ANGARIAÇÃO FUNDOS – CONVÍVIO	NOV	35,21€
ROTARY CLUBE ÍLHAVO	2ª EDIÇÃO - RIA RUN & BIKE	DEZ	35,21€

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

“À Câmara para ratificação. -----
02.janeiro.2017”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente informação. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

04-01-2017

PLANEAMENTO FÍSICO. -----
PLATAFORMA DO SIG MUNICIPAL – PROGRAMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO –
INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, elaborada conjuntamente pelo Chefe da DPUP, João José Carlos e pelo Responsável pelo Gabinete de Informática e Modernização, Ricardo Ribeiro, datada de 29.novembro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se propõe a atualização da Plataforma do SIG Municipal, nos termos e condições inscritos na proposta ESRI (contrato de 3 anos), pelo valor de 19.977,00 € (dezanove mil, novecentos e setenta e sete euros) por ano. -----

Sobre a presente informação, recaiu um Parecer de concordância elaborado pela Sr.^a Vereadora do respetivo Pelouro (Planeamento), Beatriz Martins, bem como o seguinte despacho/proposta, exarado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

“À Câmara. -----
 02.janeiro.2017”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, nos termos da informação. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----
CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----
 - “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015,

04-01-2017

nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos nove munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2 de 04/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- **Quatro** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- **Duas** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

- **Três** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) -
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia

04-01-2017

Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais“. -----

3.º - O pedido de participação solicitado por um agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- **Uma** redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou séniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
PRODUTOS DE APOIO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 6.º, designado por “produtos de apoio”; -----

04-01-2017

3.º - Os pedidos de comparticipações solicitados por dois munícipes, as respetivas Informações Sociais e os Contratos de Comodato, celebrados em 13/12/2016 e 15/12/2016, que se anexam. -----

4.º - Que os produtos de apoio solicitados (já na posse dos comodatários) foram para o primeiro munícipe: cadeira de rodas e cadeira de banho, e ainda para o segundo munícipe: cadeira de banho, todos existentes no banco de produtos de apoio, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo ratifique nos termos das informações a atribuição dos produtos de apoio, em regime de comodato aos munícipes, pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, serão os mesmos alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ENSINO. -----

SUBSÍDIO DE ESTUDO – ANO LETIVO DE 2016/2017 – PRIMEIRA ADENDA Á LISTAGEM INICIAL – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da educação pelo artigo 23º, n.º 2 alínea d) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 1.º, n.º 2, relativo à “concessão de medidas de ação social escolar”, que se destinam a comparticipar os encargos com as refeições, livros

04-01-2017

e outro material escolar aos/às alunos/as do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo por base determinadas orientações emanadas pelo Ministério de Educação e Ciência. -----

3.º - Os auxílios económicos são distribuídos por dois escalões, designadamente o Escalão A e o Escalão B, com os valores de 55,00 Euros e 30,00 Euros, respetivamente. -----

4.º - A partir do ano letivo 2016/2017, a Lei do Orçamento de Estado passou a contemplar a gratuitidade dos manuais escolares dos/as alunos/as do 1.º ano do 1.º CEB, o que emerge a necessidade de estabelecer o valor dos auxílios económicos para o material escolar, que também são distribuídos por dois escalões, designadamente o Escalão A e o Escalão B, com os valores de 30,00 Euros e 20,00 Euros, respetivamente. -----

5.º - A existência de casos excecionais de crianças carenciadas transferidas para Escolas do Município de Ílhavo, posteriormente à data limite de pedido de subsídio de estudo, bem como situações de reanálise de processos. -----

6.º - Que o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação possui um crédito no valor de 50,00 Euros, proveniente de Subsídio de Estudo de Escalão A referente a uma criança, que no ano letivo 2015/2016 foi transferida para outro Agrupamento Escolar e que deverá ser abatido, uma vez que já havia sido aprovada participação. -----

7.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 3.189 de 12/12/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de subsídios de estudo, aos alunos, escalões, montantes e escolas, constantes do anexo á presente proposta e que da mesma faz parte integrante. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

TIPOLOGIA DOS PREÇOS DOS BILHETES PARA OS VÁRIOS ESPAÇOS CULTURAIS DO CONCELHO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

04-01-2017

Presente a informação supra, elaborada pelo Diretor do “23 Milhas”, Luís Ferreira, datada de 29.dezembro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e síntese se sugere a tipologia a seguir relativamente ao preço dos bilhetes para vários espaços culturais do concelho, complementando a informação que foi à reunião de Câmara no pretérito dia 21 de dezembro, considerando a programação para o primeiro trimestre de 2017. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara, -----

O Vereador do Pelouro da Cultura, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

REAJUSTAMENTO DE RENDA EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO –

INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 28.dezembro.2016, elaborada pela Técnica Superior da DASS, Susana Marques, corroborada pela respetiva Chefe de Divisão, Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere que a CMI considere o reajustamento da renda da inquilina Carla Sofia Vidreiro Ribeiro (Rua Prof. Filipe – Bebedouro, Bloco 5, 2º Esqº - Gafanha da Nazaré), nos termos e condições elencados na sobredita informação. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara, -----

O Vereador do Pelouro da Cultura, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

30.dezembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

04-01-2017

AMBIENTE. -----
ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
(EMAAC) – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o documento supra, elaborado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

- “ É hoje sobejamente conhecido que as alterações climáticas são uma realidade com que temos de contar, seja na prevenção contra os fenómenos ou impactos dela decorrentes, seja no planeamento das ações ou mesmo do território porventura sujeito aos seus efeitos. -----

Em boa hora e para responder aos desafios ditados por estes efeitos, felizmente hoje plenamente assumidos, o nosso Município aderiu ao Projeto *ClimAdaPT. Local* com o objetivo de “mobilizar os municípios de forma a produzirem conhecimento local” criando uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, com vista a adoção de novas dinâmicas de gestão do território. Para o efeito e em conjunto com mais 26 Municípios representativos das Comunidades Intermunicipais (CIM), Áreas Metropolitanas (AM) e Regiões Autónomas (RA) e sob a coordenação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa procedeu-se, por um lado, à elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) cujo texto se apresenta em anexo e que a nosso ver, constitui um dos desafios mais importantes do século XXI, já que permite dar uma resposta coerente às diversas e múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas, colocando o nosso Município na linha da frente a nível nacional no que a estas matérias diz respeito e por outro, à formação e capacitação de um conjunto de técnicos municipais, assegurando-se assim a dotação, no corpo técnico municipal, da necessária experiência e capacitação no desenvolvimento das políticas públicas locais nestes domínios. -----

Para esse efeito muito contribuíram os Técnicos Municipais (DPUP e DOIA) em boa hora nomeados a exercer tais tarefas, aproveitando-se o ensejo para enaltecer todo o seu empenhamento, dedicação e qualidade do trabalho efetuado, já que também com a sua ajuda, foi igualmente possível desenvolver, não só a consciencialização dos atores locais nos domínios abrangidos pela matéria versada no trabalho agora apresentado e nos quais se inclui toda a equipa técnica da Câmara Municipal, mas também um conjunto de “ferramentas e produtos” que certamente facilitarão a elaboração e implementação deste tipo de Estratégias junto dos demais Municípios da CIM da Região de Aveiro (CIRA), permitindo ainda e a curto

04-01-2017

prazo, o desenvolvimento do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, na perspectiva de melhor se poder concretizar a Estratégia agora definida. -----
Finalmente e como corolário desta iniciativa, foi possível a constituição de uma Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas na qual temos o privilégio de fazer parte da equipa fundadora dessa Rede que tem como objetivos principais, a promoção e disseminação da adaptação local com vista a melhor assegurar que a totalidade dos municípios portugueses disporá, a breve prazo, de uma Estratégia Municipal para esse efeito e por último, a criação de uma comunidade nacional de adaptação ao nível local, que promova a “aprendizagem, a troca de experiências, a capacitação de atores e a sensibilização” abrangente e integrada de todos, para os desafios colocados pelas Alterações Climáticas no nosso território. -----

É pois este trabalho que junto se anexa e que publicamente se dá a conhecer à Câmara Municipal que temos a honra de apresentar. -----

O Vice-Presidente da Câmara, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

02.janeiro.2017”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 16.10 horas, e dado que não se encontrava presente no Salão Nobre nenhum munícipe a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, foi pelo Sr. Presidente da Câmara suspensa a reunião até às 16.30 horas, hora estipulada para a intervenção do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, de imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, dada a palavra a: **Representante (filha) de Iracema Ribeiro**, titular de um quiosque de venda de bolos e outros produtos alimentares, sito na Praceta do Molhe Sul, Praia da Barra, que questionou o Sr. Presidente da CMI, relativamente à reiterada proibição da venda de regueifas no areal da sobredita praia. -----

Na resposta, o Sr. Presidente da Câmara, deu conta que não é a Câmara Municipal, mas sim a Capitania do Porto de Aveiro a entidade que procede ao licenciamento das vendas no